SÃO JOÃO DA BOA VISTA Estado de São Paulo

* * *

PROJETO DE LEI Nº 026/2015

"Extingue 01 (uma) vaga do cargo de Adjunto Administrativo, constante da tabela "B" do anexo I da Lei nº 670/92, 01 (uma) vaga do cargo de Administrador de Creche, constante da tabela "C" do anexo I da Lei nº 670/92 e cria 02 (duas) vagas do cargo de Servente, constante da tabela "A" do anexo I da Lei nº 670/92, 03 (três) vagas do cargo de Auxiliar Administrativo, constante da tabela "B" do anexo I da Lei nº 670/92, 01 (uma) vaga do cargo de Assistente Social, constante da tabela "C" do anexo I da Lei nº 670/92 e 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Chefe do Sistema de Informação da Vigilância Socioassistencial"

ARTIGO 1°: Ficam extintas 01 (uma) vaga do cargo de Adjunto Administrativo, constante da Tabela "B" do Anexo I da Lei n° 670/92 e 01 (uma) vaga do cargo de Administrador de Creche, constante da tabela "C" da Lei n° 670, de 22 de maio de 1992.

ARTIGO 2°: Ficam criadas 02 (duas) vagas do cargo de Servente constante da Tabela "A" do anexo I da Lei nº 670/92, 03 (três) vagas do cargo de Auxiliar Administrativo, constante da tabela "B" do anexo I da Lei nº 670/92 e 01 uma vaga do cargo de Assistente Social, constante da tabela "C" do anexo I da Lei nº 670, de 22 de maio de 1992.

ARTIGO 3º: Fica criado na tabela "D" do anexo III da Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992, o cargo em comissão de Chefe do Sistema de Informação da Vigilância Socioassistencial, ocupado exclusivamente por servidor.

DENOMINAÇÃO	QTD	C.C.O.S.	REQUISITOS
_	_		NECESSÁRIOS
CHEFE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	1	4	 Ser servidor municipal com no mínimo 6 (seis) anos ininterruptos de serviço prestado no serviço público municipal. Ser servidor municipal e contar com no mínimo 3 (três) anos de serviços ininterruptos no
			departamento em que se dará a nomeação para o cargo em comissão. - Não haver respondido nos últimos 6 (seis) anos a Processos Administrativo Disciplinar e ou Processo Administrativo de Sindicância. - Não ter nos últimos 5 (cinco) anos mais que 30 (trinta) faltas injustificadas.



SÃO JOÃO DA BOA VISTA Estado de São Paulo

* * *

ARTIGO 4°: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5º: Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A Política Nacional da Assistência Social institui a Vigilância socioassistencial como uma abordagem específica para a produção de conhecimentos aplicados no planejamento e desenvolvimento da política de assistência social, este trabalho está ancorado em três conceitos chave: conhecer o risco, a vulnerabilidade e levar em consideração o território, estes de inter-relacionam propiciando um modelo para análise das relações entre as necessidades de proteção social no âmbito da assistência social municipal.

A Vigilância tem como objetivo compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, busca conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelo encarregado do sistema de informação da vigilância socioassistencial.

Objetivo: Produzir e sistematizar informações, construir indicadores territorialidades das situações de risco e vulnerabilidade social, que incidem sobre famílias e sobre os indivíduos nos diferentes ciclos de vida.

Ações:

- Elaborar e atualizar, em conjunto com as áreas de proteção básica e especial, os diagnósticos circunscritos aos territórios de abrangência dos CRAS (Nova República, Recanto, Área Central) e CREAS.
- Elaborar com Planejamento as atividades pertinentes à atualização do Cadastro Único no âmbito Municipal.
- Fornecer sistematicamente informações às Unidades CRAS, CREAS e PSB Central, informações e indicadores territorialidades, para realização de busca ativa.
- Fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagem territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, com bloqueio ou suspensão dos benefícios, e monitorar a realização da busca ativa.
- Fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagem territorializadas das famílias beneficiária do BPC e dos Benefícios eventuais.

Todos os profissionais são exigências do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, para compor a equipe mínima.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze (10/02/2015).



SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

* * *

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO-ART. 17 DA LEI 101/2000. EXERCÍCIO 2015

EXERCICIO 2015				
1. Apuração do Impacto Orçamentário e Financeiro:				
1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas				
(+) Receita Prevista				
(=) Disponibilidades Previstas	00			
1.2. Custo Projetado com novas despesas:				
(+) Criação de 2 vagas do cargo de Servente (março a dezembro)	,60			
(+) Criação de 3 vagas do cargo de Auxiliar Administrativo (março a dezembro)R\$ 59.960,	.10			
(+) Criação de 1 vaga do cargo de Assistente Social (março a dezembro)	,50			
(+) Criação de 1 vaga do cargo em comissão de Chefe do Sistema de Informação da Vigilância				
Socioassistencial (março a dezembro)	1,70			
(-) Extinção de 1 vaga do cargo de Adjunto Administrativo e 1 vaga do cargo de Administrador				
de Creche (março a dezembro)	(00)			
Resultado	5,10			
Estimativa de Impacto Orçamentário - 0,010%				
Estimativa de Impacto Financeiro - 0,010%				
EXERCÍCIO 2016				
1. Apuração do Impacto Orçamentário e Financeiro:				
1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas				
	21.004,00			
• •	21.004,00			
1.2 - Custo projetado com novas despesas:	11.00 1,00			
	2.453,12			
	1.952,12			
	51.754,20			
(+) Criação de 1 vaga do cargo de Assistente Social				
	4.201,64			
	4.201,04			
(-) Extinção de 1 vaga do cargo de Adjunto Administrativo e 1 vaga do cargo de Administrador	E E30 30\			
	5.539,20)			
	35.178,12			
Estimativa de Impacto Orçamentário - 0,012%				
Estimativa de Impacto Financeiro - 0,012%				
EXERCÍCIO 2017				
1. Apuração do Impacto Orçamentário e Financeiro:				
1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas				
	0.664,00			
. , ,	40.664,00			
1.2 - Custo projetado com novas despesas:				
· · · · · ·	2.453,12			
	1.952,12			
, , ,	1.754,20			
(+) Criação de 1 vaga do cargo em comissão de Chefe do Sistema de Informação da Vigilância				
SocioassistencialR\$ 1	14.201,64			
(-) Extinção de 1 vaga do cargo de Adjunto Administrativo e 1 vaga do cargo de Administrador				
de CrecheR\$ (2	15.539,20)			
ResultadoR\$ 3	35.178,12			

Estimativa de Impacto Orçamentário - 0,011% Estimativa de Impacto Financeiro - 0,011%

São João da Boa Vista, 10 de fevereiro de 2015.



SÃO JOÃO DA BOA VISTA Estado de São Paulo * * *

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de cumprimento da Lei Complementar nº 101/2000, que as despesas com a criação de 2 vagas do cargo de Servente, 3 vagas do cargos de Auxiliar Administrativo, 1 vaga do cargo de Assistente Social e 1 vaga do cargo em comissão de Chefe do Sistema de Informação da Vigilância Socioassistencial, estão compatíveis com o Plano Plurianual – PPA 2014/2017, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015, tem dotação específica e suficiente estando, portanto adequada com Lei Orçamentária Anual – LOA.

São João da Boa Vista, 10 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO Prefeito Municipal Estado de São Paulo

10 de fevereiro de 2.015

Of.GAB.n°
Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência para apreciação dos Senhores Vereadores o incluso Projeto de Lei que extingue 01 (uma) vaga do cargo de Adjunto Administrativo, constante da tabela "B" do anexo I da Lei nº 670/92, 01 (uma) vaga do cargo de Administrador de Creche, constante da tabela "C" do anexo I da Lei nº 670/92 e cria 02 (duas) vagas do cargo de Servente, constante da tabela "A" do anexo I da Lei nº 670/92, 03 (três) vagas do cargo de Auxiliar Administrativo, constante da tabela "B" do anexo I da Lei nº 670/92, 01 (uma) vaga do cargo de Assistente Social, constante da tabela "C" do anexo I da Lei nº 670/92 e 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Chefe do Sistema de Informação da Vigilância Socioassistencial.

Renovamos os protestos de estima e consideração.

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Vereador CLAUDINEI DAMALIO Presidente da Câmara Municipal N E S T A.